

PLANO DE CONTINGÊNCIA para a COVID-19

Centro de Educação Infantil da Mônica

PLANCON-EDU/ESCOLAS COVID-19

outubro de 2020

Dona Emma



Modelo de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil para Escolas do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

Este Modelo de Plano de Contingência foi elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina e vem acompanhado do Caderno de Apoio ao Plancon-Edu/COVID-19.

Governador do Estado de Santa Catarina
Carlos Moisés da Silva

Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina
João Batista Cordeiro Junior

Diretor de Gestão de Educação
Alexandre Corrêa Dutra

Equipe que elaborou o Modelo de Plano de Contingência
Coordenação: Mário Jorge C. C. Freitas - Associação Brasileira de Pesquisa Científica, Tecnológica e Inovação em Redução de Riscos e Desastre (ABP-RRD)
Sub-Coordenação: Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense (IFC)
Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)
Fabiana Santos Lima - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Francisco Silva Costa - Universidade do Minho (UMinho/Portugal)
Janete Josina de Abreu - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Pâmela do Vale Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim - Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Regina Panzeri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC) (relatora)

Colaboradores Externos

Prof. Eduardo R. da Cunha - Colégio Bom Jesus - Unidade Pedra Branca/Palhoça/SC
Prof. Josué Silva Sabino - Escola Básica Padre Doutor Itamar Luis da Costa - Imbituba/SC
Profa. Rute Maria Fernandes - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SEDUCE) - Imbituba/SC.
Msc. Maria Cristina Willemann - Epidemiologista - Mestre em Saúde Pública

1. INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença infecciosa emergente, causada por um vírus da família dos coronavírus — o SARS-CoV-2 (de forma simplificada, como faz a OMS, 2019-nCoV) identificado pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019.

Em 30 de janeiro, o Comitê de Emergência da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional. Em 11 de março, tomando em consideração a amplitude de sua distribuição mundial, veio a ser classificada como pandemia. Segundo a OMS, para configurar uma pandemia são necessárias três condições:

- 1) ser uma nova doença que afeta a população;
- 2) o agente causador ser do tipo biológico transmissível aos seres humanos e causador de uma doença grave; e
- 3) ter contágio fácil, rápido e sustentável entre os humanos.

A ocorrência da COVID-19, bem como as medidas a tomar, se integram na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, definida pela Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Efetivamente estamos em estado de calamidade pública decretada em decorrência de um desastre de natureza biológica, que se insere na rubrica “doenças infecciosas virais” (conforme o COBRADENº 1.5.1.1.0). No Brasil, o Congresso Nacional reconheceu, para fins específicos, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março, a ocorrência do estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Presidente da República.

Em Santa Catarina, o acionamento do Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CIGERD ocorreu no dia 14 de março, quando foi deflagrada a “Operação COVID-19 SC”. No dia 17 de março, o governo do Estado decretou situação de emergência, através do Decreto nº 515, por conta da pandemia de coronavírus. O Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADENº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, com vigência de 180 (cento e oitenta) dias, suspendendo as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, até 31 de maio. Este Decreto foi alterado por outro de número 587, de 30 de abril, que suspendeu as aulas nas unidades das redes de ensino pública e privada por tempo indeterminado. O Decreto nº 630, de 1º de junho, suspendeu até 2 de agosto de 2020 as aulas presenciais nas unidades das redes de ensino pública e privada, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente. Em 16 de junho, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 544 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19. E, em 18 de junho, a Portaria nº 1.565 que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro.

O calendário escolar deverá ser adaptado de forma a diminuir os danos causados pela suspensão das aulas. Deverão seguir, até que novas publicações sejam realizadas, a Medida Provisória 934 (Brasil, 2020d) que flexibiliza os 200 dias letivos, mantendo a obrigatoriedade das 800 horas de atividades educacionais anuais; e o parecer n.º 5/2020 do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2020a).

O impacto potencial da COVID-19 é elevado devido a, entre outros aspectos:

- a) a propagação do vírus ser fácil e rápida;

b) a transmissão ocorrer enquanto o paciente está assintomático ou tem sintomas leves (5 até 14 dias);

c) a doença ter consequências agravadas, para além de idosos, em certos grupos populacionais com grande expressão no Brasil, como diabéticos, hipertensos e com problemas cardíacos;

d) a possibilidade de gerar sobrecarga nos sistemas e serviços de saúde e assistência social (podendo gerar sua ruptura), na fase exponencial da contaminação;

e) a taxa de mortalidade pode atingir, em certos contextos, números preocupantes.

Considerando que a transmissão do agente infeccioso se faz por contágio interpessoal, é fundamental promover a preparação das instituições, organizações e serviços para uma resposta efetiva e oportuna, que ajude a diminuir a amplitude e ritmo da infecção e a mitigar seus impactos, especialmente, o número de vítimas mortais. A estratégia a seguir deve estar alinhada com as indicações do Ministério da Saúde (MS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS) e outras indicações de órgãos de governos federal, estadual e municipal. As atividades a desenvolver devem ser sempre proporcionais ao nível de risco definido pelas instituições responsáveis.

As experiências já reconhecidas nos casos mais bem-sucedidos de controle provam que a preparação para uma epidemia começa (ou deve começar) antes dela ocorrer. Se tal não ocorreu (ou só ocorreu parcialmente), mais importante se torna que a prevenção se inicie logo aos primeiros sinais de casos provenientes de outros países (ou regiões), com reforço na fase de transmissão local e, obviamente, maior destaque na fase de transmissão comunitária ou sustentada. Entre as medidas adotadas desde cedo pelos países melhor sucedidos no controle à COVID-19, constam-se a realização massiva de testes com isolamento de casos detectados e quebra de cadeias de transmissão, medidas de reforço da higiene individual e comunitária, comunicação eficaz e adequada e conscientização efetiva, mas dando devido realce a riscos e consequências em caso de negligência de medidas de distanciamento social (de vários graus e ordem), obrigatórias ou voluntárias, com proibição de aglomerações.

Um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previstos na Codificação Brasileira de Desastres - COBRADE, é o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC). Nele se define(m) e caracteriza(m) o(s) cenário(s) de risco, se explicitam os níveis de risco/prontidão considerados e se estabelecem as dinâmicas e ações operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(m), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais, recursos humanos a mobilizar, recursos/materiais a utilizar e sistema de coordenação operacional, através da previsão e acionamento de um Sistema de Comando de Operação (SCO) para gestão de crise. Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade ou, quando muito, prevenção, ou seja, antes da ocorrência do evento extremo. Na presente situação estão sendo elaborados em plena etapa de mitigação, já na fase de resposta.

O Centro De Educação Infantil Menino Deus, face à atual ameaça relacionada com a COVID-19, e tendo em conta a sua responsabilidade perante à comunidade escolar/acadêmica (alunos, professores, funcionários e familiares destes), elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-EDU/COVID-19). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (nomeadamente, Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, bem como Secretarias de Estado de Saúde e de Educação).

O Plano de Contingência Escolar para a COVID-19, a partir de cenários de risco identificados, define estratégias, ações e rotinas de resposta para o enfrentamento da epidemia da nova (COVID-19), incluindo eventual retorno das atividades presenciais, administrativas e escolares. O conjunto de medidas e ações ora apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução da epidemia da COVID-19.

2. ENQUADRAMENTO CONCEITUAL DE REFERÊNCIA

A estrutura do PLACON-EDU do Centro De Educação Infantil da Mônica, obedece ao modelo conceitual ilustrado na Figura 1.

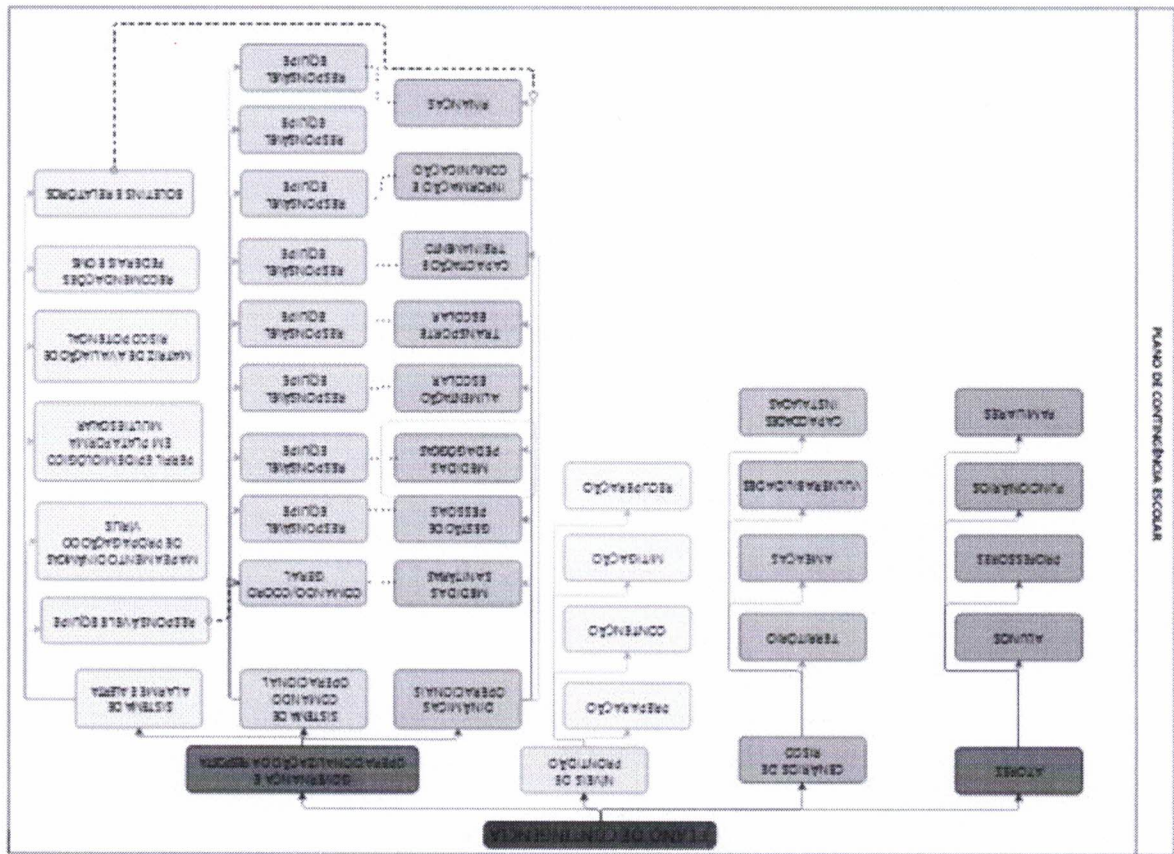


Figura 1. Mapa conceitual de estrutura do Plano.

3. ATORES/POPULAÇÃO ALVO

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Fortalecer os processos de governança da escola, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento da epidemia enquanto persistirem as recomendações nacionais, estaduais e/ou regionais de prevenção ao contágio da COVID-19, buscando assegurar a continuidade da sua missão educacional pautada pela proteção e segurança da comunidade escolar/acadêmica.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas do estabelecimento de ensino);
- Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo todas as atividades do estabelecimento e todos os membros da comunidade escolar e cumprindo todas as recomendações oficiais;
- Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para diferentes fases, em especial, na retomada de atividades presenciais;
- Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outros materiais de fontes oficiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;
- Garantir uma eficiente comunicação interna (com alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e/ou outros familiares dos alunos, fornecedores e população em geral);
- Determinar quais os recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;
- Implementar as ações de resposta, mitigação e recuperação, em cada fase, abrangendo toda a atividade do estabelecimento;
- Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;
- Identificar eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio da escola e por parte dos serviços de saúde, evitando ou restringindo situações de contágio;
- Assegurar a continuidade da missão educativa, estabelecendo estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;
- Garantir condições sanitárias, tecnológicas e apoio psicológico compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

5. CENÁRIOS DE RISCO

Este plano de contingência está elaborado para cenários de risco específicos, que consideramos se aplicar ao nosso estabelecimento educativo. Em tais cenários são considerados o território de alcance da ameaça (COVID-19) com que se tem que lidar, bem como as vulnerabilidades e capacidades instaladas/a instalar.

5.1. Ameaça(s)

A principal ameaça a que o plano de contingência visa dar resposta é uma ameaça biológica, uma pandemia, mais exatamente, a transmissão do vírus 2019-nCoV, que tem impacto direto no sistema cardiorrespiratório¹, desencadeando no organismo humano a COVID-19.

A transmissão ocorre através:

Gotículas ou micro gotículas de saliva e secreção nasal, etc, projetadas por uma pessoa infectada e que atingem diretamente a boca, nariz e/ou olhos de outra pessoa. Essas gotículas podem atingir a boca, olhos ou nariz de pessoas próximas ou por contato:

*De contato físico com pessoa contaminada, como, por exemplo, ao apertar a mão de uma pessoa contaminada e em seguida levar essa mão à boca, ao nariz ou aos olhos.

*De objetos ou superfícies contaminadas e posterior contato com a boca, nariz ou olhos. Não podendo ser descartada a possibilidade de transmissão pelo ar em locais públicos – especialmente locais cheios, fechados e mal ventilados.

Depois do vírus atingir as mucosas, a maioria das pessoas desenvolve a doença com sintomas amenos. Há, contudo, pessoas que desenvolvem quadros de grande gravidade que, em certos casos, causam a morte do paciente. A probabilidade de complicações graves é mais comum em pessoas de grupos etários mais idosos e/ou na presença de outras doenças crônicas. Contudo, comegam a aparecer mais casos em outras faixas de idade e em pessoas sem comorbidades aparentes.

Por outro lado, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a OMS, calcula-se que a taxa de mortalidade associada à COVID-19 seja substancialmente maior que a da gripe sazonal (0,02% para 3,6% ou mais). A taxa de transmissão é elevada (cerca de 3, ou seja, 1 pessoa contamina, em média, 3 pessoas). Sem estratégias de distanciamento físico, deixando o vírus se transmitir livremente, a taxa de contaminação pode atingir, eventualmente, até 50 a 70%, o que teria por consequência a falência total de sistemas de saúde e funerários, pois teríamos milhões de mortos e um cenário extremamente crítico. Cabe ainda ressaltar que a falência dos sistemas de saúde e funerário não depende somente da taxa de contaminação, mas sobretudo da capacidade de atendimento dos casos graves da doença que podem atingir o nível de saturação mesmo em contexto de taxas menores de contágio. Não existe ainda nenhuma vacina disponível e provavelmente não estarão disponíveis ainda em 2020. Também não existem tratamentos medicamentosos específicos suficientemente testados, embora alguns medicamentos - tradicionalmente utilizados no tratamento de outras doenças - tenham sido utilizados

¹ Segundo dados da OMS, com base em análise possível de 56.000 pacientes, 80% têm ausência de sintomas ou sintomas leves (febre, tosse, alguma dificuldade em respirar, etc.), 14% sintomas mais severos (sérias dificuldades em respirar, grande falta de ar e pneumonias) e 6% doença grave (insuficiência pulmonar, choque séptico, falência de órgãos e risco de morte).

com aparente sucesso, que não se sabe advir de qual ou de sua combinação com outros, e alguns novos medicamentos começam a ser testados.

Assim, a esta ameaça principal do vírus em si e da doença - por vezes mortal - que ele desencadeia, juntam-se, no mínimo, mais duas:

a) a ameaça de uma profunda crise econômica e financeira;

b) a ocorrência de contextos de perturbações emocionais pessoais e desequilíbrios sociais variados. Nos dois últimos casos, o planejamento de estratégias mais adequadas para prevenir e restringir novos contágios, quando da retomada gradual de atividades, pode contribuir significativamente para o controle da doença e diminuir os impactos colaterais, favorecendo um ambiente mais propício à recuperação econômica e dos impactos psico-sociais da pandemia.

Em síntese, a ameaça é real e de natureza complexa, uma vez que:

a) o vírus é novo, com elevada taxa de mutação (sem que saibamos, totalmente, o que isso implica);
b) seus impactos dependem das medidas de contingenciamento tomadas em tempo;

(c) os efeitos potenciais de curvas de crescimento epidemiológico, súbito e alto, sobre os sistemas de saúde são grandes, o que pode afetar a capacidade de resposta e a resiliência individual e comunitária e, por retroação, aumentar muito o risco;

(d) seu impacto na situação econômica global e de cada país pode gerar uma forte crise;

(e) o inevitável choque entre medidas de distanciamento social e preocupação de dinamização da atividade econômica pode criar conflitos e impasses difíceis de ultrapassar;

(f) aos períodos de distanciamento social mais extensivo têm que suceder-se períodos de maior flexibilização e tentativa de retomar a normalidade que, contudo, podem vir a gerar novas necessidades de distanciamento.

5.2. Caracterização do Território

No caso concreto do Centro De Educação Infantil da Mônica foi julgada como ajustada a descrição de território que segue: o presente plano de continência considera todos os estabelecimentos de ensino, das diversas modalidades de ensino, e suas inserções territoriais, relação com a circulação de pessoas e o transporte associado a atividade educacional. O Centro De Educação Infantil da Mônica conta hoje com 46 alunos matriculados, 5 professoras sendo destas 4 regentes de sala, 1 professora de Artes, 1 estagiária, 2 agentes de serviços gerais, motoristas e outros. O mesmo conta com 2 salas de aula, 1 sala de professores, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 parque, 1 lavagem, 1 área externa com grama com 1 caixa de areia que pertence ao parque, 4 banheiros infantis.

5.3. Vulnerabilidades

O Centro De Educação Infantil da Mônica, toma em consideração, na definição de seu cenário de risco, as vulnerabilidades gerais e específicas que seguem:

a) facilitação de condições que permitam a transmissão do vírus, através de contatos diretos (aperto de mão, beijos, atingimento por partículas de pessoa infectada que tossa ou espirra, etc.) ou mediados (toque em superfícies infectadas, etc., seguido de toque com as mãos na boca, nariz e olhos), particularmente, em sociedades com hábitos sociais de maior interatividade física interpessoal;

b) falta de certos hábitos e cuidados de higiene pessoal e relacional ou negligência no seu cumprimento, nomeadamente os hábitos associados à lavagem regular e adequada das mãos, etiquetas corretas de tossir e espirrar;

c) insuficiente educação da comunidade escolar para a gestão de riscos e para a promoção da saúde (em especial, contextos epidemiológicos) que, em certos casos, se associa a baixa educação científica e dificuldades de pensamento crítico;

d) atitudes de negação do vírus, da COVID-19 e/ou de seu impacto, decorrente de fake news e difusão de informação não validada cientificamente;

e) condições específicas dos estabelecimentos, tais como tipo e dimensões das instalações físicas, condições de arejamento, espaço disponível para suficiente espaçamento das pessoas, etc.;

f) baixa percepção de risco e o descumprimento de regras sociais (por exemplo, distanciamento e isolamento social, uso de máscaras, entre outros);

g) existência de atores pertencendo a grupos de risco;

h) atividades essencialmente presenciais e desenvolvidas em grupos;

i) dependência de meios de transporte coletivos urbanos, eventualmente saturados;

j) falta de formação dos professores para usar tecnologia na educação;

k) alunos sem espaço adequado para estudo em casa, falta de equipamentos como computadores e notebooks e problemas na conexão à internet;

l) horário único de acesso às aulas e intervalos (recreios), causando possível aglomeração na entrada e saída das pessoas;

m) número insuficiente de funcionários para auxiliar na fiscalização das normas de convivência exigidas;

n) falta de mais salas de aula, causando possível aglomeração .

o) Falta de agentes de serviços gerais para higienização de locais utilizados pelas crianças.

5.4. Capacidades instaladas/ a instalar

O Centro De Educação Infantil da Mônica considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

Capacidades instaladas

a) Capacidade técnica dos profissionais envolvidos, nos diferentes âmbitos específicos de atuação.

b) Criação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID -19 na Educação, com a participação de diversos segmentos da comunidade, não só na elaboração deste Plano de Contingência, mas também na realização de ações futuras.

c) Utilização da infraestrutura e recursos diversos do estabelecimento de ensino.

Capacidades a instalar

			PREPARAÇÃO
	Não existe epidemia ou existe em outros países de forma ainda não ameaçadora		
Planon estadual	CARACTERÍSTICAS	SUBFASES	FASES

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de prontidão/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados em indicações da OMS e correspondem à terminologia que vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde em suas análises. Tal terminologia parece-nos a mais adequada tanto à natureza da pandemia, como para os estabelecimentos a que se destina: Preparação; Resposta (subdividida em Contenção e Mitigação); e Recuperação.

6. NÍVEIS DE PRONTIDÃO/AÇÃO

19.

- a) dispor de ambiente específico para isolamento de pessoas que no meio do expediente/aula possam vir a ter algum tipo de sintoma;
- b) formação específica, de acordo com o planejamento que segue: capacitar e treinar todos os profissionais do Centro de Educação Infantil da Mônica em diversos aspectos ligados ao planejamento de retorno às aulas presenciais.
- c) treinamento, incluindo simulados, conforme o planejamento que segue: realizar simulados para o retorno às atividades presenciais.
- d) Desenvolver uma comunicação efetiva e integrada entre todos os atores envolvidos.
- e) Adquirir e disponibilizar equipamentos de proteção individual – EPIs, equipamentos de proteção coletiva – EPC e demais materiais necessários para que o estabelecimento de ensino possa retomar suas atividades presenciais com segurança.
- f) Desenvolver estratégias para que a comunidade evolua em suas percepções de risco face a COVID-

<p>Alerta (quando ocorências em outros estados) e</p> <p>Perigo Iminente (quando há casos de importados no estado, mas limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão secundária)</p>	<p>Pode ir desde quando há transmissão internacional em outros países ou casos importados em outros estados (contenção simples no início e alargada quando já há casos no país/estado)</p> <p>Inclui medidas como o rastreamento (por meio de testes), isolamento específicos iminentes (para evitar o contágio da população a partir de casos importados) e vigilância de entradas, saídas e deslocamentos de pessoas, buscando erradicar o vírus. O estado, mas limite da contenção é quando as autoridades perdem o controle do rastreamento, o vírus se propaga e entra em transmissão local. Considera-se na fase de Contenção duas subfases Contenção Inicial e Contenção Alargada.</p>	<p>Contenção</p>	<p>RESPOSTA</p>
<p>Emergência de Saúde Pública</p>	<p>A mitigação deve começar logo quando há transmissão local e intensificar-se quando há transmissão sustentada ou comunitária.</p> <p>Sabendo-se que não será possível evitar todos os contágios, tenta-se diminuir o avanço da pandemia, com ações como suspensão de aulas, fechamento de comércio, bares e restaurantes, cancelamento de eventos esportivos, congressos, shows e espetáculos, suspensão ou limitação de transportes, etc.</p> <p>Quando a situação de contágio está sob maior controle e caminha para uma fase de recuperação estas medidas restritivas podem ser flexibilizadas.</p>	<p>Mitigação</p> <p>(podendo, se houver medidas muito firmes como testagem generalizada, isolamento de casos e impedimento de entradas chegar até à Supressão)</p>	<p>RESPOSTA</p>

<p>Caracteriza-se inicialmente pela redução do contágio e óbitos e controle parcial da epidemia, sustentada em indicadores oficiais de evolução de taxas de contágio e de ocupação de atendimento hospitalar. Posteriormente, pela superação do surto epidêmico e/ou surgimento de vacina e/ou descoberta de medicamentos adequados para o tratamento da COVID-19, comprovados cientificamente pelas autoridades competentes podendo considerar-se consolidada (recuperação plena). Até que isso aconteça, deve-se manter medidas preventivas adequadas para evitar o surgimento de novos focos de infecção e reversão do achatamento da curva de contágio. Na ocorrência de reversão da redução do contágio as medidas adequadas de prevenção e controle deverão ser retomadas, em partes similares às previstas para a fase de Contenção.</p>	<p>RECUPERAÇÃO</p>
---	--------------------

Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-EDU para a COVID-19.

Fonte: Adaptado de um modelo geral de fases considerado pela OMS e, como base nos quais, muitos países elaboraram seus planos de contingência.

7. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA

A gestão de uma situação de crise, tão grave como aquela com que nos confrontamos e temos que lidar, exige um ajuste na governança da escola, adequando-a ao momento muito particular que vivemos. Neste plano, consideramos em conjunto e de forma relacionada, três domínios essenciais:

7.1) os principais domínios em que se devem situar as Dinâmicas e Ações Operacionais a definir;

7.2) a Unidade de Gestão Operacional (Sistema de Comando Operacional) que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

7.3) Sistema de Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme) que permite identificar que conjunto de medidas e/ou ajustes que se torna necessário implementar.

7.1. Dinâmicas e Ações Operacionais

As dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas estão organizadas segundo o esquema do Quadro 2.

Na definição das dinâmicas e ações tomamos como referência a ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (as iniciais do nome em inglês) são: W1) porque será feito; W2) o que será feito; W3) onde será feito; W4) quando será feito; W5) quem o fará. Os dois H: H1) como será feito; H2) quanto custará.

Os quadros síntese que seguem resumem as principais dinâmicas e sugestões de ações que podem ser realizadas, sendo que as diretrizes com mais detalhes estão disponíveis nos links de acesso.

Porque (domínios): MEDIDAS SANITÁRIAS (promover a saúde e prevenir a transmissão do vírus)
Diretrizes: Link de Acesso: <https://drive.google.com/file/d/13jp13binU3D059Sk08xkQL12LUcc5rj8/view?usp=sharing>

O que (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Higiene das mãos de todos os membros da comunidade escolar	Entrada da escola.	Permanente	Aloisia	Sinalização e avisos escritos	Necessários esguichos com custo unitário de... e total de... e Y frascos de álcool com custo unitário de... e total de....

Necessário espaços de banheiros, salas de aula, refeitório	Demarcação de espaços evitando aglomerações	banheiros, salas de aula, refeitório	Permanente	Rossana	Sinalização e avisos escritos		Necessário metros de fita e placas de sinalização com custo de
Medição de temperatura de toda comunidade escolar		Entrada	Diariamente	Aloisia, Rossana, se a criança apresentar febre a pessoa responsável pela medição deverá se reportar a Secretaria.	Porta de entrada		Necessário 1 aparelho de medição de temperatura ao custo
isolamento de casos suspeitos		Sala dos professores	Quando necessário até chegada do responsável pelo aluno	Valdirene	Deteção precoce de casos suspeitos, com sintomas como temperatura elevada	Não é adequada.	
Rastreamento de contatos		Instituição	ao confirmar um caso	Jeison	Identificar os contatos com casos confirmados e afastá-los preventivamente		

Quadro 2: Esquema de organização DAOP Medidas Sanitárias

Porquê (domínios): QUESTÕES PEDAGÓGICAS

Diretrizes: Link de Acesso: <https://drive.google.com/file/d/1n97tkSLAGrEVzUjnPzCtVl0ZUNLZH2Zs/view?usp=sharing>

Exemplo:

O que (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
--------------	------	--------	------	------	--------

Quadro de horários alternados por turma	Entrada, saída, salas de aula, pátio...	Permanente	Secretaria	Definição de cronograma com horários diferentes para entrada e saída das turmas.	Necessário...
Desmembramento de turmas em "subturmas", de quantas forem necessárias	Pré 2 ou outra turma que precise de subturmas.	Permanente	Secretaria	Definição de dias em que as "subturmas" poderão ir à escola assistir atividade presenciais.	Necessário...
Formação referente a métodos de prevenção para a não transmissão do vírus	Ambiente escolar	Antes do retorno das aulas presenciais	Doutora Ana	Preparação de curso por professores e profissionais da área da saúde	Necessidade de parceria ou contratação de instrutor
Orientação dos alunos quanto às medidas preventivas	Salas de aula	Periodicamente	Pessoal da saúde.	Elaboração de material informativo.	Necessário impressão de informativos ao custo

Quadro 3: Esquema de organização DAOP Questões Pedagógicas

Porquê (domínios): ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Diretrizes: Link de Acesso:

<https://drive.google.com/file/d/1KETWkIDa630IrrQ5GNENoiIk4Ksd1Gt/view?usp=sharing>

Exemplo:

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
--------------	------	--------	------	------	--------

Atualização do Manual de Boas Práticas de Manipulação e Procedimentos Operacionais Padrão	Unidade Escolar	Antes da retomada às aulas	Nutricionista Jane.	Reunir equipe responsável pela produção e manipulação de alimentos adequar as normas e procedimentos considerando recomendações COVID 19	Não há necessidade de recursos financeiros
Capacitação da equipe que realiza os procedimentos alimentares quanto às novas normas de elaboração, acondicionamento, preparo, modo de servir, recolhimento e limpeza de utensílios, entre outros.	Unidade Escolar	Antes da retomada das aulas, durante o retorno	Nutricionista	Reunir a equipe responsável pela produção de alimentos para o treinamento Definir dia, horário, forma (presencial ou virtual), materiais, etc. Esclarecer dúvidas	Verificar se há necessidade de recursos financeiros
Testagem do método e monitorar o processo estabelecido	Unidade Escolar	Antes da retomada das aulas, durante o retorno	Secretaria, Comitê escolar.	Realizar simulado de alimentação Estabelecer forma de monitoramento diário	Não há necessidade de recursos financeiros.

Quadro 4: Esquema de organização DAOP Alimentação Escolar

Porquê (domínios): TRANSPORTE ESCOLAR

Diretrizes: Link de Acesso: https://drive.google.com/file/d/1-KWOhot0A263pxiac5mpvm_BgekkgC/view?usp=sharing

Exemplo:

O quê (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
--------------	------	--------	------	------	--------

Medidas gerais envolvendo veículos e passageiros	Unidade escolar	Antes do retorno às aulas	Secretaria	Controle do limite de passageiros e da lotação Seguir as regras de distanciamento, intervalos entre bancos, entrada e saída de pessoas, uso de máscaras, controle da temperatura, etc. Padronizar procedimentos de limpeza, higienização e controle
Medidas voltadas aos prestadores de serviços	Unidade escolar	Antes do retorno às aulas	Secretaria, responsável da Saúde	Orientação e treinamento dos servidores e prestadores de serviços quanto às medidas sanitárias e sua correta e adequada aplicação; Notificação de casos suspeitos
Medidas com foco aos pais e responsáveis	Unidade escolar	Antes do retorno às aulas	SCO, Secretaria	Realizar campanha de orientação para uso de transporte próprio e recomendações e cuidados com os filhos na utilização de transporte escolar
Medidas cabíveis as autoridades fiscalizadoras	SCO	Antes do retorno às aulas	SCO, Secretaria	Promover ações e intensificar operações de fiscalização e controle de EPIs e sanitária

Quadro 5: Esquema de organização DAOP Transporte Escolar

Porquê (domínios): GESTÃO DE PESSOAS

Diretrizes: Link de Acesso:

<https://drive.google.com/file/d/13fykxw7Wvt7CvppxmCHiWm15D3Q61eF/view?usp=sharing>

Exemplo:

O que (ação)	Onde	Quando	Quem	Como	Quanto
Mapamento de Grupos de Risco	Unidade Escolar	Antes da retomada das aulas e durante	Professoras e SCO	Orientar quanto a apresentação de documentos comprobatórios diagnóstica de quantidade de estudantes e servidores no grupo de risco. Elaborar formulário específico para proceder a avaliação diagnóstica	Não haverá necessidade de recursos financeiros
Treinamento e capacitação quanto às diretrizes e protocolos escolares, de sanitários, de transporte público e escolar, entre outros.	Unidade escolar	Antes da retomada das aulas	SCO e instituições parceiras, comitê escolar.	Organização de exercícios simulados de mesa e de campo	
Organização do trabalho presencial e remoto	Unidade Escolar	Antes da retomada das aulas	Coordenação Pedagógica e SCO	Planejar em conjunto com a coordenação pedagógica e professores procedimentos para aulas presenciais e remotas.	Não haverá necessidade de recursos financeiros
Acolhimento e Apoio Psicossocial	Unidade Escolar	Ao recomendar as aulas e no retorno	Coordenação Pedagógica, SCO, instituições parceiras	Preparar um ambiente acolhedor para recepção da comunidade escolar. Promover campanhas motivacionais	

					diretrizes e protocolos
	Participação de simulados de mesa	Unidade escolar	Antes do retorno às aulas	Professores, servidores,	Realização de simulados de campo nas unidades escolares
Não há custo	Realização on line utilizando plataformas virtuais	Unidade escolar	Antes do retorno das aulas	SCO, professores, servidores,	Realização de simulados de campo nas unidades escolares
Exercício realizado nas unidades escolares	Exercício realizado nas unidades escolares testando os protocolos estabelecidos	Unidade escolar	Antes do retorno das aulas	SCO, professores, servidores,	Exercício realizado nas unidades escolares testando os protocolos estabelecidos

Quadro 7: Esquema de organização DAOP Treinamento e Capacitação

Porquê (domínios): **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**
 Diretrizes: Link de Acesso:

Exemplo:

O quê (ação)	Organizar um plano de comunicação para orientar a comunidade escolar sobre os procedimentos, de alimentos, de transporte, de medidas sanitárias, de questões pedagógicas, de	Onde	Secretaria de Educação, Unidades das aulas, durante o retorno até a normalidade de	Quando	Setor de Comunicação (quando houver), SCO, Coordenadoras municipais, etc	Quem	Articular parcerias interinstitucionais	Como	Utilizar diferentes meios de comunicação (mídias sociais, grupos de whatsapp, encontros virtuais, etc)	Estabelecer o tipo de comunicação a ser	Quantos	Não haverá necessidade de recursos financeiros.
--------------	--	------	--	--------	--	------	---	------	--	---	---------	---

	gestão de pessoas, de treinamento e capacitação, de finanças.				
	Estabelecer o processo de comunicação entre o SCO, a comunidade escolar, a comunidade externa e os meios de comunicação locais	Secretaria de Educação, Unidade escolar.	Antes da retomada das aulas, durante o período até o retorno definitivo	SCO, Setor de Comunicação	Definir um fluxograma de informações Contatar com meios de comunicação locais (rádios). Cassio

Quadro 8: Esquema de organização DAOP Informação e Comunicação

Porquê (domínios): FINANÇAS
Diretrizes: Link de Acesso:

Exemplo:

O quê (ação)	Identificar fonte de recursos e valores para aquisição de materiais, equipamentos e produtos necessários para a segurança e sanitária e	Secretaria Educação ou Unidade Escolar	Imediata mente	Setor Financeiro - Licitação	Identificar rubricas e fontes de recursos existentes Informar quantitativo existente e necessidade de buscar recursos externos
Quanto					

Com base nestes dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

- Nosso sistema de alerta e alarme está organizado em torno de 5 dispositivos principais de vigilância e comunicação:
- a) indicações provenientes de instituições hierarquicamente superiores e das entidades de saúde;
 - b) sistema de observações e controle de evidências (tosse persistente de alguém, queixa de sintomas compatíveis com COVID-19, medição de temperatura em casos suspeitos;
 - c) informações variadas plausíveis provenientes de diversas fontes (alunos e pais, funcionários, autoridades locais, entidades representativas e acreditáveis);
 - d) simulados de algumas ações (e protocolos);
 - e) relatórios diários de responsáveis da Unidade de Gestão Operacional.

7.3.1. Dispositivos Principais

7.3. Sistema Vigilância e Comunicação (Sistema de Alerta e Alarme)

Cada uma das caixas no organograma deve ser devidamente nominada e identificada com telefone, email, whatsapp da pessoa com poder de decisão. Para facilitar pode-se criar um mural para comunicações, avisos, indicação dos responsáveis e contatos de emergência.

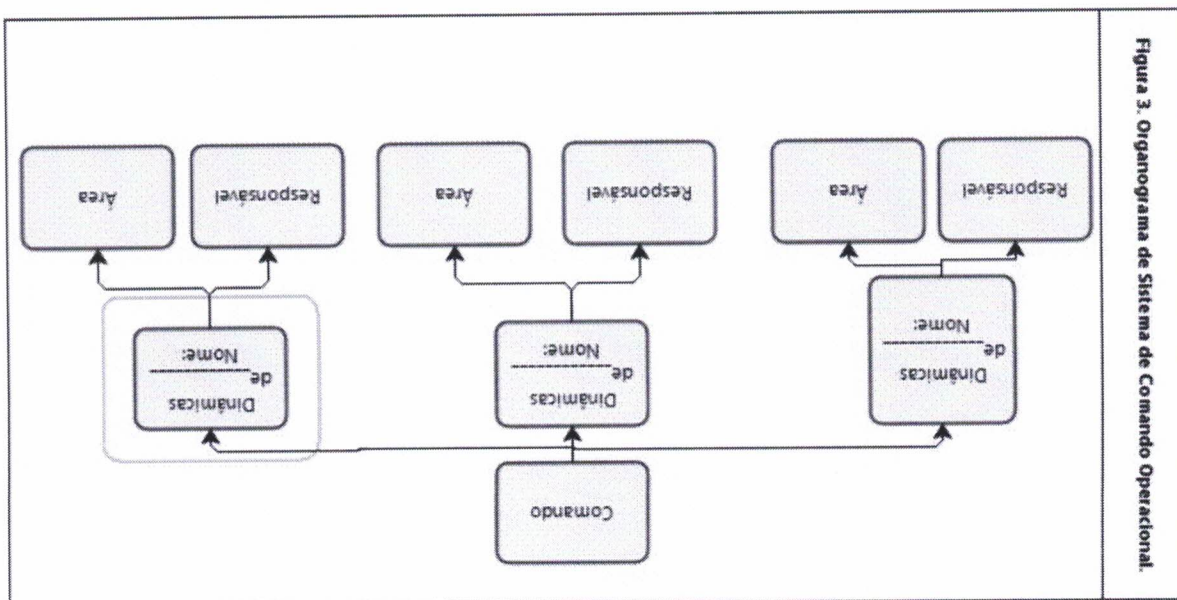


Figura 3. Organograma de Sistema de Comando Operacional.

As avaliações mais detalhadas, de periodicidade a ser definida, serão realizadas em relatórios como o modelo que se encontra anexo ao PLANCON - COVID-19.

Os registros diários da atividade da escola, da maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos a serem alterados, serão realizados em boletins de preenchimento expedido como o modelo que se encontra anexo ao Caderno de Apoio ao PLANCON - COVID-19.

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução da pandemia, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais.

7.3.2. Monitoramento e avaliação

Nome	Função	Contato	Dispositivo
Isolde Jagielski Zappas	Coordenação	99294866	google drive
Professoras	ler diariamente toda a informação disponível, em especial, instruções de órgãos superiores e informações com potencial impacto na escola	997250974	

Modelo de Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil para Escolas do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

(Incluir logo da Instituição e identificação)

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Identificação:

CEI DA MONICA

(nome da instituição de ensino)

Endereço: CAMINHO PINHAL

CEP: 89155000 Bairro:

Telefone: (41) 957250974

Instituição: (x) público

() privado

Se houver outras unidades escolares vinculadas identificar o número () e, endereço(s):

Sendo uma instituição Privada é inscrita(s) no CNPJ sob nº:

Sendo pública qual a mantenedora : PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA EMMA

Neste ato representada pela Comissão Escolar, conforme segue:

Nome dos integrantes da Comissão Escolar, CPF e função:

GESTOR: ISOLDE JAGIELSKI ZAPPAS

PROFESSOR: ADRIANA BARTH VENTURI

FAMILIAS: SUZEMAR H. BALDINI

APP: OSNI ELIAS

OUTROS: ROSANA JAVASSORI

Através da assinatura deste TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE os membros da Comissão Escolar acima identificados declararam, para todos os fins de direito e para quem interessar, acompanhado da instituição de ensino acima identificada, que:

1. O presente PlanCon-Edu Escola da referida instituição de ensino foi elaborado com base no modelo do PlanCon-Edu, disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1br689dVt3AIxXwsmZhtxsaID4gLnuCbB/view>, conforme preconiza a PORTARIA CONJUNTA nº 750/2020 SED/SES/DCSC de 25 de setembro de 2020;

2. Na elaboração do PlanCon-Edu Escolar foram seguidas os oito (8) cadernos de diretrizes estabelecidas no Plano de Contingência da Educação Estadual e Municipal bem como protocolos, normas e legislação vigentes, comprometendo-se em cumpri-las integralmente;

3. O PlanCon Edu seja entregue para análise e homologação, ao Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, conforme indicado pela PORTARIA CONJUNTA nº 750/2020 SED/SES/DCSC de 25 de setembro de 2020.

Município, 30 de OUTUBRO de 2020.

Assinaturas dos integrantes da Comissão Escolar
Stefane J. Zappala

Assinaturas dos integrantes da Comissão Escolar
Duymara de B. B. B. B.

Assinaturas dos integrantes da Comissão Escolar
Ludiana B. Venturi

Assinaturas dos integrantes da Comissão Escolar
Vanessa S. S.

Assinaturas dos integrantes da Comissão Escolar
Therese Bonardim

Assinaturas dos integrantes da Comissão Escolar

Assinaturas dos integrantes da Comissão Escolar

Análise PlanCon Edu - Escola




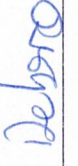

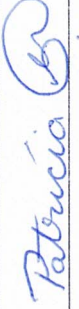







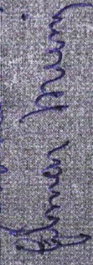
Unidade de Ensino Centro de Educação Infantil da Mônica

Item	Está em Conformidade	Não está em Conformidade	Orientação
Atores e Público-alvo	X		
Caracterização do território	X		
Vulnerabilidade	X		
Capacidades Instaladas	X		
Capacidades a Instalar	X		
Plano de Ação Medidas Sanitárias	X		
Plano de Ação Medidas pedagógicas	X		
Plano de Ação			

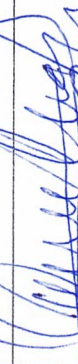
Transporte Escolar	X		
Plano de Ação			
Alimentação Escolar	X		
Plano de Ação			
Gestão de Pessoas	X		
Plano de Ação			
Capacitação	X		
Plano de Ação			
Comunicação	X		
Plano de Ação			
Finanças	X		
Unidade de Gestão Operacional/(SCO)	X		
Sistema de Alerta e			
Alarme	X		
Monitoramento e			
Avaliação	X		
Termo de			
Compromisso e			
Responsabilidade	X		

Analisado pelo Comitê Municipal em 11 de NOVEMBRO de 2020.

Nome	CPF	Área que representa	Assinatura
Erildo J. Zappan	716.058.819 - 15	Educação	
Denise P. Menatti	657.178.309-63	Educação	
Luciano B. Ventura	014.431.429-82	Educação	
Deborah Felty	046.938.953 - 11	Ass. Social	
Bernassim Dias de Souza	08660010989	CMSCA	
PATRICIA B. CIPRIANI	990.757.509.78	EDUCAÇÃO	
Enilda Schulenburg	003.541.979-24	Educação	
Glécio Poffe	838.087.109-00	Educação	
Cássio Mancilio	049.245.539-67	Ass. Sociais	
Leuza Gebrek	0378.03319-00	Alimentação Escolar	
Marcilene Hassel	033.945.389-00	Remuneração Titular	

 Filomena Moura
 038.384.637-89
 Educação

Analisado pelo Comitê Municipal em _____ de _____ de 2020.

Nome	CPF	Área que representa	Assinatura
Jhoni A. Sousa	004 437.459-35	Sec. Saúde	
Jéssio F. Almeida	970.621.819-00	Defesa Civil	